

**“SÓ O PROFESSOR NÃO QUER TRABALHAR”:
DIZERES ACERCA DA EDUCAÇÃO NO CONTEXTO DA
PANDEMIA DE COVID-19**

“ONLY THE TEACHER DOES NOT WANT TO WORK”: THE STATEMENTS
ABOUT EDUCATION IN THE CONTEXT OF THE COVID-19 PANDEMIC

Ana Cristina Sander¹

Universidade Federal da Fronteira Sul

Caroline Schneiders²

Universidade Federal da Fronteira Sul

Resumo: A proposta deste artigo é dar a conhecer o resultado final da dissertação de mestrado, intitulada “Efeitos de sentido e educação na pandemia: dizeres em circulação de um porta-voz do governo”, a qual analisou dizeres do então Ministro da Educação, Milton Ribeiro, que esteve à frente da pasta entre julho de 2020 e março de 2022, tendo como suporte metodológico a Análise de Discurso franco-brasileira. Desse modo, a questão de pesquisa que norteia o artigo é compreender o processo de constituição de sentidos acerca da educação pública, por meio do discurso em circulação no referido contexto. Dessa forma, o *corpus* de pesquisa foi composto por sequências discursivas extraídas de dizeres do ex-ministro que circularam na mídia. Diante disso, foi possível identificar alguns efeitos de atualização e naturalização de sentidos, que funcionam no fio do discurso de modo a vincular e relacionar as sequências entre si, sobretudo, o imaginário de que os professores não trabalharam durante a pandemia e atrapalharam o retorno às aulas presenciais. Buscou-se, portanto, compreender o efeito do ideológico e do político que

¹ Mestra em Estudos Linguísticos, na Linha de Pesquisa Práticas Discursivas e Subjetividades, pela Universidade Federal da Fronteira Sul (UFFS). Possui especialização em Ensino de Língua Inglesa, pelo Instituto Federal de Santa Catarina (IFSC), MBA em Geração e Operação de Negócios Internacionais, e graduação em Letras Português/Inglês e respectivas Literaturas, ambos pela Universidade do Oeste de Santa Catarina (UNOESC). No exterior, cursou English Phonetics and Phonology, pela University of South Florida (USF); foi bolsista do Intercâmbio de Grupo de Estudos (IGE), pelo Rotary Internacional, na Indonésia; realizou período de imersão linguística e cultural na Florida (EUA). Possui experiência em docência nas disciplinas de Literatura Inglesa e Sociolinguística (no ensino superior), e Língua Inglesa (no ensino fundamental, médio, superior, escolas de idiomas, pré-vestibular, aulas particulares e cursos de extensão). Tem interesse em pesquisas nas áreas de Linguística, Letras, Educação e Cultura. E-mail: crissander@hotmail.com.

² Professora adjunta de Língua Portuguesa e Linguística junto ao curso de Letras Português e Espanhol da Universidade Federal da Fronteira Sul - Campus Cerro Largo/RS. Possui graduação em Letras/Português-Literaturas da Língua Portuguesa pela Universidade Federal de Santa Maria, mestrado e doutorado em Letras - área de concentração: Estudos Linguísticos - pela mesma instituição. Realizou estágio de doutorado sanduíche (Bolsista Capes/PDSE) no Institut des Textes et Manuscrits Modernes (ITEM), pertencente à École Normale Supérieure (ENS/Paris, França). Possui Pós-doutorado (Bolsista DOCFIX-Fapergs) junto ao Laboratório Corpus/Programa de Pós-graduação em Letras da Universidade Federal de Santa Maria. Tem experiência na área de Linguística, atuando principalmente em temas vinculados à História das Ideias Linguísticas e à Análise de Discurso, como: história do disciplinar e história da produção do conhecimento linguístico. E-mail: carolletras2005@yahoo.com.br.

determinam as práticas discursivas e que fazem com que sentidos e dizeres, a respeito da educação no Brasil, sejam naturalizados e reproduzidos pela sociedade.

Palavras-chave: Análise de Discurso; Educação; Pandemia; Mídia.

Abstract: The purpose of this article is to make known the final result of the master's dissertation, entitled "Effects of meaning and education in the pandemic: statements in circulation of a government spokesman", which analyzed some statements of the then Minister of Education, Milton Ribeiro, who was in charge of the ministry between July 2020 and March 2022, having as methodological support the Franco-Brazilian Discourse Analysis. Thus, the research question that guides the article is to understand the process of constitution of meanings about public education, through the discourse in circulation in that context. Therefore, the research corpus was composed of discursive sequences extracted from the statements of the former minister that circulated in the media. Thereafter, it was possible to identify some effects of updating and naturalization of meanings, which work in the discourse thread in order to link and relate the sequences among themselves, especially the imaginary that teachers did not work during the pandemic and disrupted the return to classroom instruction. It was sought to understand, thereby, the effect of the ideological and political that determine the discursive practices and that make the meanings and sayings, regarding education in Brazil, naturalized and reproduced by society.

Keywords: Discourse Analysis; Education; Pandemic; Media.

Submetido em 14 de abril de 2024.

Aprovado em 22 de abril 2024.

Introdução

O início da pandemia provocada pelo novo Coronavírus, mais notadamente em março de 2020, causou – e continua causando – significativos impactos na vida de toda a população mundial e em todas as áreas de atividade humana. Entretanto, percebe-se que uma destas áreas foi especialmente afetada: a educação, haja vista a suspensão das aulas presenciais, entre 2020 e 2021. Considerando-se o fechamento das escolas e da implementação do ensino remoto, em regime híbrido, os professores, enquanto peças fundamentais do processo educacional, viram-se, repentinamente, obrigados a se adaptar a um novo contexto de ensino, com o qual a maioria nunca havia tido contato prévio. Desse modo, os educadores, em conjunto com as equipes gestoras, buscaram a adoção de medidas alternativas com o objetivo de amenizar o prejuízo educacional e preservar o direito à educação.

Com base nesse contexto, selecionou-se, para esta reflexão, como *corpus* de análise, sequências discursivas (SDs) extraídas de dizeres do ministro da educação, Milton Ribeiro, proferidos durante o período da pandemia do novo Corona Vírus (COVID-19) e que dizem respeito aos professores das escolas públicas brasileiras e,

consequentemente, ao ensino público brasileiro de uma forma em geral. As SDs tiveram como critério de seleção as regularidades discursivas observadas, bem como o interesse de pesquisa, ou seja, lançar um olhar analítico sobre o processo de constituição dos sentidos (ou efeitos de sentido) acerca da educação pública no contexto da pandemia do novo Corona Vírus.

Compreende-se os dizeres do ex-ministro, selecionados como objeto de análise, como parte do discurso jornalístico, enquanto discurso que se propõe a informar o público, embora associadas ao poder político e, portanto, que veicula certos dizeres os quais procuram reforçar a posição oficial do governo em relação a questões determinadas. No que diz respeito a esse artigo, as mídias promoveram a circulação dos dizeres do ministro acerca da educação pública no Brasil como se a posição de Milton Ribeiro refletisse diretamente a vontade da população brasileira, quando, na verdade, tais dizeres partem de um lugar social específico que retoma, atualiza e cria efeitos de sentido acerca da pauta da educação pública no Brasil durante o período da pandemia de COVID-19.

Nesse sentido, a análise das sequências discursivas teve como foco um ponto principal apresentado pelo ministro em seus dizeres: a urgência do retorno às aulas presenciais nas escolas públicas. Para tal, selecionou-se, como sequências discursivas, os dizeres de Milton Ribeiro, enquanto sujeito porta-voz do governo em assuntos relacionados à educação, no Fórum de tecnologia, educação e inovação, promovido pela empresa de telefonia Vivo, em julho de 2021. Também foram selecionados dizeres do ministro na entrevista ao programa Sem Censura, nos quais ele busca eximir o governo de culpa em relação à manutenção do fechamento das escolas públicas, imputa a culpa deste nos professores. Ainda, destacam-se os dizeres em que o ministro defende que a falta de vacinação não deve ser empecilho para o retorno às aulas presenciais, bem como os dizeres em que o ministro ridiculariza a demanda, por parte dos professores, para a vacinação dos estudantes como condição do retorno às aulas presenciais.

A reflexão contida no presente artigo foi embasada pela teoria e procedimentos metodológicos oriundos da chamada Análise de Discurso pecheuxtiana. Nesse sentido, é válido ressaltar que a Análise de Discurso não é uma disciplina para a qual se possa supor uma unidade ou homogeneidade, mas um campo de conhecimento sobre a linguagem que aborda diferentes tópicos e questões. Portanto, trata-se, aqui, de uma filiação da Análise de Discurso Brasileira à Análise de Discurso Francesa, baseada nos pressupostos teóricos formulados pelo seu fundador Michel Pêcheux. Contudo, tal filiação não possui uma

consistência teórica homogênea e rígida, mas mantêm “certos princípios sobre a relação língua/sujeito/história ou, mais propriamente, sobre a relação língua/ideologia, tendo o discurso como lugar de observação dessa relação (Orlandi, 1999).

Sob tal ótica, a análise das sequências discursivas selecionadas acerca da educação busca a compreensão do processo de produção discursiva que os fundamenta e os efeitos de sentido que o discurso busca naturalizar e instituir, ou seja, dentro do contexto da pandemia de COVID-19 e nas disputas entre o governo e professores em relação à volta às aulas presenciais nas escolas públicas. Tal análise situa os dizeres em um eixo vertical, que diz respeito à rememoração e às regularidades produzidas por eles, e também em um eixo horizontal, o qual remete à comemoração, que faz com que os membros de uma comunidade busquem uma identidade em comum. Ambos os eixos são convergidos na figura de Milton Ribeiro por meio da noção pecheuxtiana de sujeito porta-voz.

1. A formação discursiva e o sujeito-porta-voz: algumas considerações teórico-analíticas

O elemento teórico fundamental da análise proposta no artigo é o conceito de Formação Discursiva. Dentre as diversas possibilidades de conceituação do termo, utiliza-se, aqui, aquela proposta por Indursky. Para a autora, a Formação Discursiva pode ser pensada como um domínio do saber que representa um modo de relacionar enunciados discursivos com a ideologia vigente em um certo contexto sócio-histórico, determinando as possibilidades de se dizer. Nesse quadro teórico, o indivíduo constitui-se sujeito do discurso a partir da sua identificação com a Formação Discursiva que lhe domina e que representa as formações ideológicas que lhe são correspondentes. Essa identificação possui um caráter formal, isto é, o indivíduo, interpelado em sujeito do discurso pela ideologia, toma uma posição sobre sua condição inicial em relação ao discurso (Indursky, 2005, p. 4).

Dentro dessa perspectiva, compreende-se que as sequências discursivas selecionadas são determinadas pelo discurso do governo bolsonarista a partir de uma Formação Discursiva heterogênea, cujos limites se deslocam em função das tensões ideológicas em jogo no contexto da pandemia e a hegemonia ideológica dessa FD, a saber, “liberal” e “cristã-conservadora”. A partir desse quadro de condições de produção do discurso, construiu-se o *corpus* discursivo, apresentado como um conjunto de sequências

discursivas (SDs) relacionadas entre si por meio da figura de Milton Ribeiro, o qual assume o funcionamento de sujeito-discursivo porta-voz.

Para Pêcheux (1990), assim como o próprio discurso, o sujeito porta-voz é determinado pelas condições históricas e de produção nas quais ele se insere. Historicamente, a noção de sujeito porta-voz surge no contexto revolucionário, quando há, por parte de um grupo, o questionamento da ordem preestabelecida, nesse momento, um grupo coeso passa a se multiplicar em ressonâncias individuais, quebrando um ciclo de repetição do ordenamento, produzindo efetivamente um acontecimento histórico pela quebra do *status quo*. É nesse momento que surge o sujeito porta-voz, enquanto testemunha desse acontecimento, ele se encontra autorizado a falar em nome do grupo, tornando-se aquele que busca tornar novamente as múltiplas ressonâncias individuais em um discurso coeso, enquanto parte visível do próprio acontecimento histórico. Nesse sentido, o sujeito porta-voz adquire uma dupla visibilidade: enquanto fala em nome dos seus e enquanto fala contra seus adversários. O lugar social do sujeito porta-voz torna-se, dessa forma, o lugar privilegiado das negociações políticas e sociais (Pêcheux, 1990, p.17-18).

No que diz respeito às questões de Estado, o sujeito porta-voz, enquanto representante dos interesses políticos do governo, é confrontado/interpelado por discursos já sedimentados, advindos de uma memória discursiva formada por todos aqueles que já estiveram anteriormente em sua posição. Tais discursos, que se tornam interdiscursos enquanto memória discursiva, são revividos por meio do sujeito porta-voz, embora podendo assumir maneiras diferentes, variando de acordo com suas condições de produção (Pêcheux, 1990, p.17-18).

Portanto, entende-se que Milton Ribeiro se apresenta como porta-voz do governo de Bolsonaro e também da sociedade brasileira, ao menos da parte da sociedade brasileira que apoiou o governo na referida conjuntura. Dessa forma, ele é capaz de instituir lugares de autoridade, produzir efeitos de verdade e exercer o poder por meio de dizeres que se institucionalizam no discurso, remetendo-se a outras Formações Discursivas e materializando-se no discurso por meio de formações ideológicas que transparecem a partir de dizeres que pretendem convencer de que maneiras o governo e a sociedade devem agir perante a pandemia no que diz respeito à educação pública.

Dentro de tal perspectiva, Milton Ribeiro atua como sujeito-porta-voz, seja quando se propõe a falar em nome do governo e da sociedade brasileira, seja quando ele

faz demandas em nome da sociedade, como quando exige dos professores o retorno às aulas presenciais no ensino público, evocando o imaginário, presente na sociedade brasileira, de que o professor não gosta de trabalhar, ou trabalha pouco. Por meio desses mecanismos, o ministro, enquanto sujeito porta-voz, inclui-se como membro da sociedade e do governo aos quais ele pretende dar voz, conferindo visibilidade aos pais insatisfeitos com o fechamento das escolas dos filhos durante o período pandêmico, produzindo o efeito da existência de um nós, ao mesmo tempo que institui uma alteridade a qual se opõe: os professores (eles) (Venturini, 2012, p. 300).

No processo discursivo da criação desses nós e os outros, o sujeito porta-voz Milton Ribeiro, além de sua posição institucional empírica de Ministro da Educação, assume uma posição discursiva de profeta, pois cria a imagem possível de um ensino público melhor; de dirigente, visto que ele estaria encarregado de levar o ensino público existente e insatisfatório a um ensino público idealizado e projetado em um futuro e também como homem de estado, que possui a autoridade para ditar o que deve ser feito para tal (Venturini, 2012, p. 300). O paradoxo observado é que, no processo de projeção dessa formação imaginária ideal da educação pública brasileira, os dizeres do ministro encontram resistência nas posições dos próprios agentes educacionais aos quais ele deveria convencer: os professores.

De acordo com essa proposição, o sujeito porta-voz pode se subjetivar em diversas posições-sujeito. É possível dizer que o presidente Jair Bolsonaro, enquanto sujeito porta-voz, é subjetivado em suas formações discursivas como político; conservador-liberal; nacionalista; religioso (cristão); antipetista; punitivista; defensor de valores morais e da família e anticorrupção. Algumas dessas subjetivações ressoarão, como interdiscurso, nos dizeres de Milton Ribeiro, enquanto porta-voz do governo, nos assuntos que se referem ao ensino público e à educação de uma maneira geral (Oliveira; Silva, 2020, p. 495-496).

Tendo isso em vista, parte-se do pressuposto de que o discurso, ligado ao Governo Federal, acerca da educação e do professor, atrela-se a dizeres anteriores, isto é, a uma memória que atua no fio do discurso como interdiscurso, na forma de sentidos que são convocados a fazer parte da Formação Discursiva pró-governo. Tais sentidos, advindos de uma memória discursiva e também de uma formação imaginária, sustentam e estabilizam o discurso por formações ideológicas que conformam regularidades, as quais procuram produzir efeitos de sentido que levariam o interlocutor a crer nos dizeres proferidos. Os sentidos desses dizeres anteriores circulam por meio de rememoração, em

uma linha diacrônica, ou seja, em um tempo linear. Dessa forma, a rememoração retoma o já-dito e atualiza-o, produzindo uma regularidade que, ademais de estabilizar o discurso, cria a possibilidade de novos dizeres, ainda que nesses novos dizeres se mantenham os sentidos anteriores, convocados da memória discursiva e das formações imaginárias (Venturini, 2012, p. 298-299).

A rememoração sustenta o discurso governista acerca da educação e do professor, e diz respeito às demandas da sociedade no momento histórico da pandemia de COVID-19, como a reabertura das escolas e o ensino técnico-profissional, refletindo os interesses institucionais do Governo Federal na figura de um porta-voz, no caso, o ministro Milton Ribeiro. Assim, a rememoração de sentidos já-ditos há um longo tempo busca não conferir espaço para contradição e questionamentos, pois ela pretende ensinar qual a melhor forma de atender às demandas da sociedade em determinado momento histórico. Tendo considerado e delimitado o suporte teórico que sustenta a seleção do *corpus* discursivo para o artigo, na sequência, busca-se explicitar o processo discursivo das SDs mobilizadas para essa reflexão.

2. “Os maus professores não pensam nas crianças”: sentidos em circulação sobre a educação

Compreende-se que as SDs selecionadas foram produzidas por meio de um processo que as colocam em contraposição a uma mera propaganda governamental, ou seja, pretendem ser discursos jornalísticos que, embora tenham como base a opinião do ministro, a qual reverbera aquela do governo, apresentam estratégias próprias do jornalismo midiático, como fontes; dados estatísticos; opiniões de especialistas; relatos; comparações; dentre outras. Tais estratégias são utilizadas para conferir o efeito de sentido de que a opinião de Milton Ribeiro representa uma base empírica que vai além da sua filiação político-partidária. Colocando de outra maneira: o efeito de sentido de objetividade que fundamenta os dizeres de Milton Ribeiro busca se sobrepor a sua filiação ideológica (Mariani, 1999, p. 52-53).

Entretanto, ao buscar se apresentar como um observador objetivo e imparcial que extrai sua opinião de fatos incontestáveis em face ao contexto imediato, Milton Ribeiro, enquanto sujeito discursivo, inscreve-se em uma filiação ideológica, ou seja, seu discurso

é constitutivo de uma ideologia, a qual procura naturalizar e atualizar os sentidos negativos acerca do professor e da educação pública brasileira utilizados em seus dizeres.

O efeito de que os argumentos do ministro são evidentes e homogêneos é produzido com base em uma memória discursiva que já havia naturalizado os sentidos bem antes dessas fazerem parte de seus dizeres, durante as fases do processo histórico de institucionalização da educação pública no Brasil. Desse modo, com a análise, pretende-se compreender de que maneira a formação ideológica determina a Formação Discursiva do discurso em análise, questionando, assim, os seus efeitos de evidência.

Assim sendo, antes de iniciar a análise em si, faz-se necessário delimitarmos qual é a posição discursiva com a qual Milton Ribeiro identifica-se desde seu lugar social. Nesse sentido, durante o fórum *Enlighted*, edição de 2021, promovido pela Fundação Telefônica Vivo, observa-se o seguinte:

SD1: Estamos em um Governo com uma visão mais liberal, não é tão voltada mais à visão socialista. Isso fez com que nós tivéssemos alguns embates com os sindicatos dos professores e profissionais da educação, que exigiam um perfeito encaminhamento até mesmo da vacinação deles próprios antes de tomar as aulas. (Rossi, 2021).

Com base na sequência acima, é possível observar que Milton Ribeiro, enquanto sujeito porta-voz do governo bolsonarista e incluindo-se nesse Governo (“Estamos”), assume uma posição “mais liberal”, que “não é tão voltada mais à visão socialista”. Esse dizer também indica a filiação ideológica, ou seja, uma filiação dita liberal. Nesse sentido, baseando-se nessa autodefinição ideológica, percebe-se a inscrição do sujeito em uma determinada Formação Discursiva atravessados por dizeres provenientes da tradição liberal e suas propostas para o ensino público ao longo da História da educação no Brasil. Ademais, percebe-se que sua Formação Discursiva é construída em oposição aos sindicatos e aos professores, os quais o ministro identifica como inclinados a uma visão socialista e, portanto, oposta à sua própria visão e a do governo, que seria mais liberal.

Ao afirmar que a postura do governo é liberal, contrapondo-a a uma postura dita socialista, Milton Ribeiro, enquanto sujeito-porta-voz do Estado, procura um efeito de sentido que cativa parte do eleitorado de Bolsonaro, o qual se identifica como sendo liberal, isto é, que defende, basilamente, a separação entre o mercado e o Estado, ou entre o mercado e o âmbito político. Entretanto, o que se pode observar nas ações do governo federal no enfrentamento à pandemia é uma lógica neoliberal. O neoliberalismo, nesse sentido, seria uma adaptação do liberalismo, na qual não há tal separação entre o mercado

e o Estado, mas o próprio modelo de Estado está sujeito às lógicas da competitividade do mercado.

Dessa forma, compreende-se que o posicionamento de Bolsonaro e seus ministros frente à crise da COVID-19 reproduz a racionalidade econômica neoliberal como princípio de ação. Mesmo quando o mundo inteiro estava enfrentando uma crise sanitária, o presidente não recuou em sua postura que colocou os interesses econômicos acima da saúde coletiva, relativizando os perigos do novo vírus e negando a eficácia das vacinas e as medidas de isolamento social, tendo como justificativa que tais medidas afetariam negativamente a economia e gerariam desemprego (Fonseca; Silva, 2020).

Ainda nesse sentido, Milton Ribeiro assume, por um lado, a posição de sujeito-porta voz do governo, enquanto homem de estado, ajustando os seus dizeres em relação à formação discursiva pró-governo e à formação ideológica neoliberal, que funciona como interdiscurso de seu discurso; e, por outro lado, também assume a posição de sujeito-porta-voz do segmento de apoiadores do governo, compreendida, por meio de uma formação imaginária enquanto o todo do povo brasileiro, enquanto o dirigente que possui autoridade para propor melhoras na educação pública brasileira. Ambas posições-sujeito são construídas em uma relação de oposição entre o nós, isto é, as pessoas insatisfeitas com a manutenção fechamento das escolas e os outros, ou seja, os profissionais da educação e os membros de sindicatos, estes, compreendidos como outro segmento da sociedade, que estariam agindo contra a educação pública no Brasil.

Considerando-se a SD1, sob o prisma da noção do sujeito-porta-voz, observa-se que, no interior da formação-discursiva do sujeito porta-voz, há posições de sujeito que são tomadas a partir de dois processos discursivos: a formação do nós, a partir da frase: “**estamos** em um Governo com uma visão mais liberal”, remete ao efeito de sentido de que se fala em nome de um todo indiviso (nós, brasileiros, estamos) ou seja, há um processo discursivo de identificação. Concomitantemente, acontece o processo discursivo que marca uma relação de poder, a qual busca diferenciar o representante (enquanto líder) dos representados (enquanto alocutários).

Entretanto, as relações de poder no discurso não dizem respeito apenas ao líder e àqueles aos quais ele representa, o sujeito porta-voz, além de ser aquele que se destaca dentro de seu próprio grupo (apesar de manter sua posição de igual entre o nós), também se diferencia de outro grupo, o qual procura superar ou mesmo eliminar, assumindo uma posição de embate. Dessa maneira, produz-se o eles, como se observa a partir da frase:

“os sindicatos dos professores e profissionais da educação, que exigiam um perfeito encaminhamento até mesmo da vacinação deles próprios” (eles, os sindicatos dos professores e profissionais da educação, querem a vacinação deles). Em suma, entre o sujeito porta-voz e aqueles aos quais ele dá voz há uma relação assimétrica de poder, porém concordante, afinal, ambas as partes fazem parte do mesmo nós. Em contrapartida, a relação de poder marcada pela disputa entre o nós e o eles é uma disputa de poder. Ela é uma relação de tensão e de embate de sentidos.

As posições-sujeito tomadas pelo sujeito porta-voz na SD1 são afetadas por aquilo que já foi dito nos dizeres que antecedem o ministro enquanto sujeito porta-voz homem de estado, ou seja, pelos dizeres que constituem a formação discursiva pró-governo, um conjunto de dizeres que visam fixar e naturalizar certos dizeres e sentidos. Em sua campanha presidencial, e mesmo após ter sido eleito, os dizeres de Bolsonaro apresentam o seu governo como uma proposta de um novo Brasil, diferente de e em oposição ao governo da esquerda (ou do PT), que ocorreu anteriormente (Oliveira; Silva, 2020, 495-496).

Enquanto interdiscurso, esses dizeres e essa posição-sujeito agente de mudança ressoam na SD1, entretanto, em vez de um novo Brasil em oposição ao governo de esquerda (voltado à visão socialista), observa-se um Governo com uma visão mais liberal, que ocupa o lugar da mudança ou do processo de mudança em curso em oposição aos sindicatos dos professores e profissionais da educação, que passam a representar, nos dizeres do sujeito porta-voz agente de mudança, os remanescentes de um sistema de governo que deve ser superado pelo atual.

Delimitado a formação ideológica que determina a FD analisada, prossegue-se a análise da SD2, retirada de um pronunciamento em rede nacional, o qual obteve grande repercussão midiática e, portanto, gerou uma regularidade de efeitos de sentido apresentados no processo de criação de uma representação dos professores do ensino básico das escolas públicas como preguiçosos, egoístas e dissimulados. Milton Ribeiro abre sua fala da seguinte maneira:

SD2: Quero conclamá-los ao retorno às aulas presenciais. O Brasil não pode continuar com as escolas fechadas, gerando impactos negativos nesta e nas futuras gerações. Não devemos privar nossos filhos do aprendizado necessário para a formação acadêmica e profissional deles. Estudos [...] apontam que o fechamento de escolas traz consequências devastadoras. (Xavier, 2021).

Por meio da SD acima, o ministro, na posição-sujeito porta-voz, conclama os cidadãos ao retorno às classes presenciais, como se estivesse em praça pública, rodeado por um auditório de pessoas, ou ainda, a utilização da palavra conclamar também deixa transparecer a ideia de culto religioso, no sentido de um líder religioso que conclama seus fiéis a uma ação modelar. Essa estratégia discursiva cria um efeito de persuasão, ao passo que o ministro se coloca ao mesmo tempo como líder político e religioso que fala de cima de um púlpito (lugar simbólico).

Aqui também percebe-se que o sujeito se inscreve em uma formação discursiva que ressoa o discurso religioso, funcionando no discurso enquanto interdiscurso e o sujeito-porta-voz assume a posição-sujeito de profeta, buscando oferecer uma solução para o impasse da manutenção do fechamento das escolas públicas, dando visibilidade ao segmento da sociedade que clamava pela reabertura das escolas, colocando-se como parte desse segmento e antecipando a reação positiva que esse público teria em relação aos seus dizeres.

Após o conclave, a SD2 segue com: o “Brasil não pode continuar com as escolas fechadas”. Tal frase busca identificar o público ao Brasil, ou seja, ele não se dirige a cada indivíduo em particular, mas ao Brasil, procurando suscitar um sentimento nacionalista-patriótico associado à volta às aulas presenciais e à preocupação com os impactos que a permanência das escolas fechadas geraria “nesta e nas futuras gerações”. Essa sequência discursiva também cria um efeito de sentido que exclui os professores daquilo que o ministro chama de Brasil, pois, se o “Brasil não pode continuar com as escolas fechadas” e, segundo o que se observa na SD, os professores seriam os responsáveis pela permanência do fechamento das escolas, logo, os professores não fazem parte do todo, produzindo novamente uma divisão de sentidos.

É possível dizer que o discurso neoliberal afeta os dizeres, gerando o efeito de sentido que exclui os professores daquilo que no discurso aparece como Brasil. Nesse sentido, o Brasil seria identificado apenas como economia brasileira, ou seja, aquela que, segundo o discurso oficial do governo, não poderia parar. O Brasil do discurso é, dessa forma, identificado apenas com a parte da sociedade brasileira que movimenta a economia diretamente, o que, no imaginário neoliberal, não incluiria os professores, sobretudo, os professores da rede pública de ensino (Surdi; Luz; Surdi, 2021, p. 47-68).

Nessa sequência discursiva, o principal efeito de sentido que se pretende naturalizar por meio do apagamento, ou seja, pelo não dito, é escolas fechadas. Ao dizer

que as escolas não podem permanecer fechadas, a SD omite o fato de que as escolas estavam funcionando em regime remoto e os professores estavam dando suas aulas e atendendo a comunidade escolar via plataformas digitais, isso é conveniente apagado do discurso para naturalizar a ideia de que os professores estavam em casa, recebendo seus salários sem trabalhar.

Retomando os dizeres de Milton Ribeiro, no seu pronunciamento em rede nacional, tem-se a SD3, na qual se observa:

SD3: O Ministério da Educação não pode determinar o retorno presencial das aulas, caso contrário eu já teria determinado. Mas não é um retorno a qualquer preço, que isso fique bem claro. Fornecemos protocolos de biossegurança sanitários a todas as escolas, tanto da educação básica quanto do ensino superior. (Xavier, 2021).

Prossegue-se em defesa ao retorno às aulas presenciais, afirmando-se que, se fosse permitido ao Ministério da Educação determinar o retorno presencial, o próprio ministro já o teria feito. Esse dizer cria dois efeitos de sentido: a de que a culpa pela permanência do fechamento das escolas não é do governo federal, mas dos estados e município e, sendo assim, o ministro defende, tacitamente, a concentração de poder no âmbito do executivo, haja vista que os estados e municípios da federação aparecem nos dizeres como um entrave à ação do governo, cujo o plano de ação seria o único correto.

Esse efeito de sentido que busca culpar os estados e municípios da federação pela permanência do fechamento é elaborado com mais clareza no seguinte trecho da entrevista concedida ao programa Sem Censura, da TV Brasil – SD4:

SD4: Como que o professor é capaz de ficar em casa e deixar as crianças sem aula? A culpa não é do governo federal. Se pudesse, eu teria mandado abrir todas as escolas. Mas não podemos, depende das redes municipais e estaduais. (G1, 2021).

Observa-se, nessa SD, a utilização da palavra culpa, o que pode ser compreendido como um dizer advindo da Formação Discursiva dominante na qual sujeito discursivo se insere e que é uma Formação Discursiva que se impõe por meio de uma formação ideológica religiosa cristã. Nessa perspectiva, a noção de culpa associa-se àquela de pecado ou erro. Na SD, o erro é identificado como “deixar as crianças sem aula”, culpa essa que não recai sobre o governo federal, mas sobre os professores das redes municipais e estaduais, que estariam em “pecado”. O sujeito porta-voz assume, então a posição-sujeito de profeta, identificando uma situação de pecado ou injustiça, que deve ser corrigida para o bem das crianças.

Ainda acerca da questão da segurança sanitária, analisa-se a SD5, na qual é afirmado em pronunciamento em rede nacional que:

SD5: A vacinação é importante e eu, pessoalmente, solicitei ao senhor Ministro da Saúde [Marcelo Queiroga] a priorização de todos os profissionais da educação básica, os quais já estão sendo vacinados. Entretanto, a vacinação de toda a comunidade escolar não pode ser condição para a reabertura das escolas. (...) precisamos enfrentar juntos os desafios impostos pela pandemia [...] (Xavier, 2021).

Nessa SD, compreende-se uma concessão, que serve como efeito de sentido: “a vacinação é importante”. Entretanto, tal concessão é apenas uma estratégia discursiva, pois, logo a importância da vacinação é mitigada pela afirmação de que ela “não pode ser condição para a reabertura das escolas”. Esse dizer expõe a falta de preocupação com a saúde da comunidade escolar, sobretudo a das crianças, o que entra em contradição com o principal argumento para o retorno às atividades presenciais nas escolas: a preocupação com o bem-estar e o futuro das crianças.

Milton Ribeiro dá continuidade a esse tema da vacinação em sua entrevista ao Sem Censura – SD6:

SD6: Infelizmente, alguns maus professores (a grande maioria está querendo voltar e se preocupa com as crianças) fomentam a vacinação deles, que foi conseguida; agora [querem a imunização] das crianças; depois, com todo o respeito, para o cachorro, para o gato. Querem vacinação de todo jeito. O assunto é: querem manter escola fechada [...] (G1, 2021).

Mais uma vez, verifica-se a tentativa da naturalização do sentido de que os professores não querem o retorno às aulas presenciais por não estarem preocupados com as crianças e, subentende-se, também, que por acomodação. O requerimento, por parte dos professores, da vacinação contra o COVID-19, não apenas de sua categoria profissional, como também dos estudantes, como requisito para o retorno às aulas presenciais é visto como um estratagem para manter as escolas fechadas, reforçando o efeito de sentido de que os professores estariam usufruindo do privilégio de estar em casa confortavelmente, sem trabalhar e recebendo seus salários, o que se mostra comprovadamente falso.

Analisando a SD6, com base na concepção de tomada de posição no discurso a partir da figura do porta-voz, é possível compreender outra divisão de sentidos, posições antagônicas no discurso, compreendido pelo efeito de um nós em oposição a um outro (eles), no qual os maus professores, que demandavam a vacina contra o COVID-19

enquanto condição necessária ao retorno às aulas presenciais, opõem-se aos bons professores, favoráveis à reabertura imediata das escolas, e que seriam, segundo a SD, a grande maioria. Tal discurso maniqueísta do bem contra o mal, ademais de evocar um efeito de sentido que remete a um discurso religioso, no caso, cristão, também demonstra a tomada de posição do sujeito porta-voz como sujeito protetor da família, identificando-se com o conjunto daqueles a quem busca representar, isto é, com os bons professores que se preocupam com as crianças.

Ademais, na sequência discursiva, constrói-se um discurso a partir de determinadas condições de produção, ou seja, a partir do contexto da pandemia de COVID-19, no qual há, por um lado, a demanda, por parte dos pais, para o retorno às aulas presenciais nas escolas públicas; por outro, a demanda, por parte dos professores, da vacinação dos estudantes como condição para a reabertura das instituições de ensino. Nesse sentido, o sujeito porta-voz, por meio da formação imaginária, de que a manutenção do fechamento das escolas seria mais prejudicial à sociedade brasileira do que o retorno às aulas presenciais sem a vacinação dos jovens, antecipa a reação positiva do público, ajustando seu discurso à demanda dos pais. Além disso, compreende-se uma posição-sujeito de dirigente, pois há a escolha de qual das duas demandas seria melhor atender, tendo supostamente em vista o bem-comum da sociedade brasileira.

Considerações finais

Como foi possível observar, os dizeres de Milton Ribeiro, enquanto sujeito porta-voz, são centrados no embate de um nós contra eles, no qual o nós é representado pelo “povo brasileiro”, isto é, os apoiadores do governo de Bolsonaro e os pais de alunos que desejavam o retorno às aulas presenciais na rede pública de ensino (a vontade do “povo”), em contrapartida, o eles é representado pelos professores e demais trabalhadores da educação e seus respectivos sindicatos, definidos como os “inimigos do povo”.

Percebe-se que tal embate ideológico pode ser compreendido da seguinte maneira, de acordo com o suporte teórico utilizado para a análise: o sujeito empírico Milton Ribeiro é interpelado e assujeitado por uma formação discursiva que denominamos de pró-governo, com o qual ele se identifica e, por meio do qual, ele assume determinada posição-sujeito, de acordo com a forma-sujeito dominante da FD. A forma-sujeito dominante da FD é, portanto, aquela que remete ao liberalismo, conservadorismo,

antipetismo, dentre outros. No entanto, outros saberes, advindos de formações discursivas externas a essa dominante (interdiscurso), são mobilizados e adentram a formação discursiva que domina o sujeito, como o discurso religioso, que, apesar de não ser a forma-sujeito dominante, também faz parte do processo de identificação do sujeito. Assim, na tensão entre a forma-sujeito “bolsonarista” e a forma-sujeito “homem religioso”, o sujeito se constitui, linearizando determinados saberes no fio do intradiscurso por meio de diferentes tomadas de posição.

No discurso em análise, o sujeito assume, sobretudo, a posição-sujeito porta-voz, haja vista que ele pretende falar em nome de uma unidade imaginária com a qual se identifica e que se identifica com ele. Tal identificação deve ser fundamentada pela rememoração e reforçada pela comemoração de efeitos de sentido, a saber: os professores não trabalharam durante a pandemia; os professores não querem voltar às aulas presenciais por pressão dos sindicatos; os professores e sindicatos desejam desestabilizar o governo e, por fim, os maus professores não pensam no bem-estar das crianças.

Portanto, o ex-ministro Milton Ribeiro é apresentado na análise como sujeito porta-voz do governo de Bolsonaro no que tange às questões acerca da educação durante o momento pandêmico. Enquanto tal, por meio de seus dizeres, o sujeito porta-voz exerce o poder político, institui lugares de autoridade e produz efeitos de verdade. Na qualidade de sujeito discursivo homem de Estado, o porta-voz remete-se constantemente à memória discursiva do cargo, isto é, ao interdiscurso e exerce o poder por meio de dizeres que se institucionalizam no intradiscurso, segundo a conjuntura. Desse modo, Milton Ribeiro atua como sujeito-porta-voz quando se propõe a falar em nome do governo e da sociedade brasileira, buscando demonstrar de que maneira a educação pública no Brasil deve ser gerida.

Referências

FONSECA, A. D.; SILVA, S. L. A. da. O neoliberalismo em tempos de pandemia: o governo Bolsonaro no contexto de crise da covid-19. *Ágora*, v. 22, n. 2, p. 58-75, 2020.

G1. Ministro da Educação defende que universidade seja ‘para LLpoucos’. *G1 Educação*, São Paulo, 10 ago. 2021. Disponível em: <https://g1.globo.com/educacao/noticia/2021/08/10/ministro-da-educacao-defende-que-universidade-seja-para-poucos.ghtml>. Acesso em: 29 mar. 2022.

INDURSKY, F. Formação discursiva: ela ainda merece que lutemos por ela? *In: SEMINÁRIO DE ESTUDOS EM ANÁLISE DO DISCURSO: mapeando conceitos, confrontando limites*, 2., 2005, Porto Alegre. *Anais...* Porto Alegre: UFRGS, 2005. p. 1-11.

MARIANI, B. Discurso e instituição: a imprensa. *Rua (UNICAMP)*, Campinas, SP, v. 5, p. 47-62, 1999.

OLIVEIRA, B. R. de; SILVA, E. G. Eleição presidencial de 2018: o funcionamento do lugar discursivo do porta-voz na campanha de três candidatos. *Fólio – Revista de Letras*, v. 12, p. 489-513, 2020.

ORLANDI, E. P. *Análise de discurso: princípios e procedimentos*. Campinas: Pontes, 1999.

PÊCHEUX, M. Delimitações, inversões, deslocamentos. *Cadernos de Estudos Linguísticos*, Campinas, v. 19, p. 7-24, 1990.

ROSSI, Marina. Ministro da Educação atribui demora para retomada das aulas presenciais a “embates” com sindicatos e professores. *El País*, São Paulo, 19 out. 2021. Disponível em: <https://brasil.elpais.com/brasil/2021-10-20/ministro-da-educacao-atribui-demora-para-retomada-das-aulas-presenciais-a-embates-com-sindicatos-e-professores.html>. Acesso em: 29 mar. 2022.

SURDI, M. I.; LUZ, M. N. S.; SURDI, M. S. Representações sobre o sujeito-professor no contexto de pandemia: o que os memes têm a nos dizer. *In: PETRI, V. et al. (Org.). Ditos e não-ditos: discursos da, na e sobre a pandemia*. Campinas: Pontes, 2021. p. 47-68.

VENTURINI, M. C. O sujeito porta-voz é sempre um nós em construção? *Alfa: Revista de Linguística*, v. 56, p. 293-308, 2012.

XAVIER, C. Pronunciamento de ministro da Educação gera reação a contradições, *Vermelho*, Brasília, 20 jul. 2021. Disponível em: <https://vermelho.org.br/2021/07/20/pronunciamento-de-ministro-da-educacao-gera-reacao-a-contradicoes/>. Acesso em: 29 mar. 2022.